

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO - 2018

Agência Nacional de Transportes Terrestres
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Brasília/DF

05 de fevereiro de 2019

Sumário

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	3
INTRODUÇÃO	5
CONTEXTO OPERACIONAL	5
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	6
Balanco Patrimonial.....	6
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	7
Balanco Orçamentário.....	9
Balanco Financeiro	12
Demonstração dos Fluxo de Caixa.....	14
CONTEXTO OPERACIONAL	15
BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	15
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	17
Nota 01 – Ativo Circulante e Não Circulante.....	17
Nota 02 – Caixa e Equivalente de Caixa	18
Nota 03 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	19
Nota 04 - Créditos a Longo Prazo	19
Nota 05 - Imobilizado.....	20
Nota 06 - Intangível.....	22
Nota 07 – Passivo Exigível	22
Nota 08 – Passivo Circulante	23
Nota 09 – Passivo Não Circulante (Provisões a Longo Prazo).....	23
Nota 10 – Patrimônio Líquido.....	24
Nota 11 – Passivos Contingentes.....	25
Nota 12 – Ativos Contingentes.....	25
Nota 13 – Obrigações Contratuais.....	26
Nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA	27
Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD	28
Nota 16 – Receitas Orçamentárias	29
Nota 17 – Despesas Orçamentárias.....	31
Nota 18 – Restos a Pagar	32
Nota 19 – Movimentação Financeira.....	33
Nota 20 – Resultado Financeiro do Balanco Patrimonial.....	34

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

A Coordenação de Contabilidade – CCONT da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT está subordinada à Gerência de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – GEORF e à Superintendência de Gestão – SUDEG; exerce a competência de setorial contábil de Órgão e de UG abrangendo as unidades gestoras da Sede em Brasília e das Unidades Regionais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Sul, das quais é responsável pelo acompanhamento da execução contábil e da respectiva conformidade.

No decorrer do exercício, buscou-se adotar as práticas contábeis brasileiras aplicadas ao setor público, observando-se as orientações de adequação do processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade, tendo como base normativa o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, Manual SIAFI, Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, Instruções Normativas e as legislações em vigência que regulam a matéria, destacando-se a Lei 4.320/64, Dec. 93.872/86, LC 101/00.

Ressalte-se que a CCONT/GEORF se manteve atenta aos problemas identificados no período, em que orientou as áreas e buscou as correções e regularizações dos registros contábeis dentro do exercício. No entanto, algumas situações apontadas abaixo permaneceram pendentes, visto que possuem um grau maior de complexidade para a devida solução, das quais são apresentadas as respectivas justificativas:

- **Apropriação de despesas fora do período de competência (Alerta 306):** Apesar das iniciativas adotadas para garantir a apropriação das despesas no período de ocorrência do fato gerado, há registros que ainda estão sendo reconhecidos após este período. Tal impossibilidade se dá em razão da dinâmica dos trâmites processuais e, em alguns casos, da demora na entrega dos documentos fiscais por parte dos Fornecedores, comprometendo assim a tempestividade das apropriações e impossibilitando o cumprimento integral do Princípio da Competência. Há que se considerar, também, que o encerramento contábil ocorre em média no 5º dia útil do mês subsequente, não havendo prazo suficiente para registrar as despesas no respectivo mês de ocorrência.

- **Falta de atualização de Ativos Circulantes (Restrição 604):** refere-se à ausência de registro dos créditos a receber decorrentes das multas aplicadas pela ANTT, devido à impossibilidade na obtenção de dados consolidados e com parâmetros fidedignos para evidenciar esta informação conforme as exigências dos normativos contábeis. Tal situação decorre do fato de o sistema de gestão de multas da Agência (SIFAMA) ainda não contemplar todas as modalidades de multa. Portanto, entende-se que a demanda para o módulo contábil somente poderá ser aberta à medida em que o SIFAMA avançar e estiver contemplando integralmente todos os tipos de multas, além da necessidade de considerar os passivos das multas emitidas nos sistemas anteriores. São consideradas também nesta restrição, a necessidade de aprimorar os critérios dos registros da Dívida Ativa para possibilitar a classificação de Longo e Curto Prazo, bem como a distinção dos registros por valor principal e adicionais de juros/multas, com o respectivo aprimoramento dos critérios do Ajuste para Perdas.

- **Falta de avaliação de bens móveis (Restrição 634):** refere-se à falta de atualização do Imobilizado e do Intangível. A ANTT ainda não revisou o registro dos bens móveis, especificamente sobre a reavaliação/redução a valor recuperável conforme prevê os

normativos contábeis. Ocorre que a Agência utiliza o SIADS e este Sistema ainda não possui funcionalidade para permitir tais registros. Sobre o Intangível, há também a previsão deste controle patrimonial no SIADS, cuja funcionalidade também se encontra em fase de desenvolvimento.

- **Saldo alongado das contas de controle (Restrição 653):** refere-se à necessidade de revisar os saldos das contas de controle de contratos e garantias recebidas, visto que as informações atuais não estão retratando com fidedignidade a realidade dos valores contratuais vigentes. Em 2018, deu-se início aos procedimentos de regularização das contas de controle de contratos, cuja iniciativa terá continuidade no próximo exercício até que se regularize os saldos.

Assim, diante das informações que se tem conhecimento, declaro que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem de forma razoável a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, EXCETO no tocante às restrições e alertas apontadas.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019

Cleides Silva Campos Fontenele
Contadora Responsável
CRC nº 018229/O-DF

INTRODUÇÃO

Trata-se de apresentação das Notas Explicativas às demonstrações contábeis da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT referente ao exercício de 2018, abrangendo o Balanço Patrimonial – BP, as Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP, o Balanço Orçamentário – BO, o Balanço Financeiro – BF e as Demonstrações de Fluxo de Caixa – DFC. Buscou-se adotar nos demonstrativos as práticas contábeis brasileiras aplicadas ao setor público, observando-se as orientações de adequação do processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade, tendo como base normativa o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, Manual SIAFI, Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, Instruções Normativas e as legislações em vigência que regulam a matéria, destacando-se a Lei 4.320/64, Dec. 93.872/86, LC 101/00.

Cabe ressaltar os desafios decorrentes do processo de convergência internacional da contabilidade, visto que a ANTT está em fase de adequação e de ajustes para que os demonstrativos contábeis retratem a real situação patrimonial, orçamentária e financeira, com o afim de estar em conformidade com a legislação e normas de contabilidade aplicáveis ao Setor Público. Dessa forma, os demonstrativos contábeis ainda não estão retratando com fidedignidade a realidade patrimonial da Agência, cujos pontos que ainda não estão em conformidade foram destacados nas respectivas Notas.

CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entidade da Administração Indireta vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA, foi criada pela Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, na qual lhe foi conferida o regime autárquico especial caracterizado pela independência administrativa, autonomia financeira e funcional e mandato fixo de seus dirigentes.

Sua estrutura organizacional compreende a Sede em Brasília/DF domiciliada no SCES Lote 10, Trecho 3, Projeto Orla, Polo 8, CEP 70.200-003. Além da Unidade Gestora da Sede que é a setorial orçamentária e financeira, possui outras seis unidades gestoras regionais com independência de execução orçamentária e financeira do Órgão, quais sejam: Unidades Regionais do Ceará, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e três unidades administrativas (Unidades Regionais da Bahia, de Pernambuco e de Santa Catarina).

A ANTT tem como missão “assegurar aos usuários adequada prestação de Serviços de Transportes Terrestres” e como principais competências a regulação dos serviços de transportes terrestres, atuando sobre: a concessão de ferrovias, rodovias e transporte ferroviário associado à exploração da infraestrutura; a permissão do transporte coletivo regular de passageiros pelos meios rodoviário e ferroviário não associados à exploração da infraestrutura; e a autorização do transporte de passageiros por empresa de turismo e sob regime de fretamento, transporte internacional de cargas, transporte multimodal e terminais. Neste contexto, ressalta-se a importância de que os demonstrativos contábeis da Agência retratem a sua realidade patrimonial e espelhem as suas atividades fins, de forma a subsidiar a transparência da gestão e prestar contas à sociedade, que é a principal usuária da informação contábil.

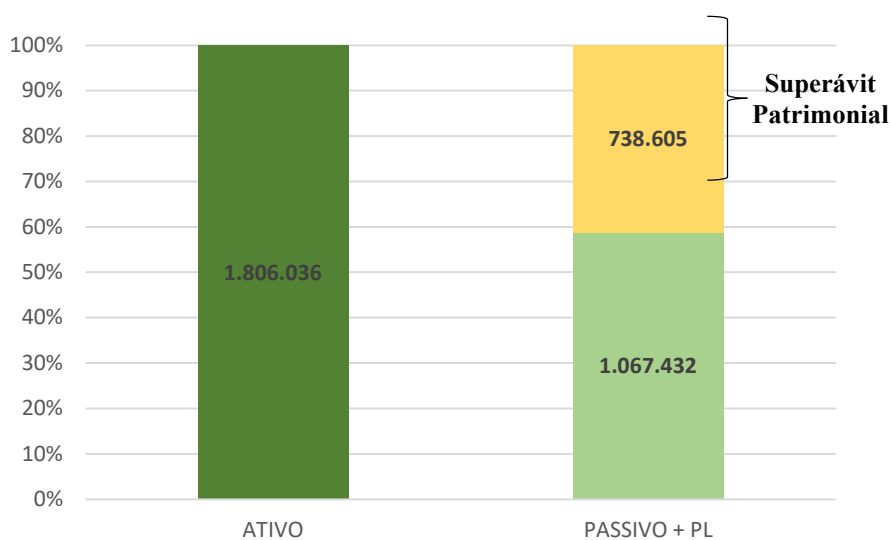
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

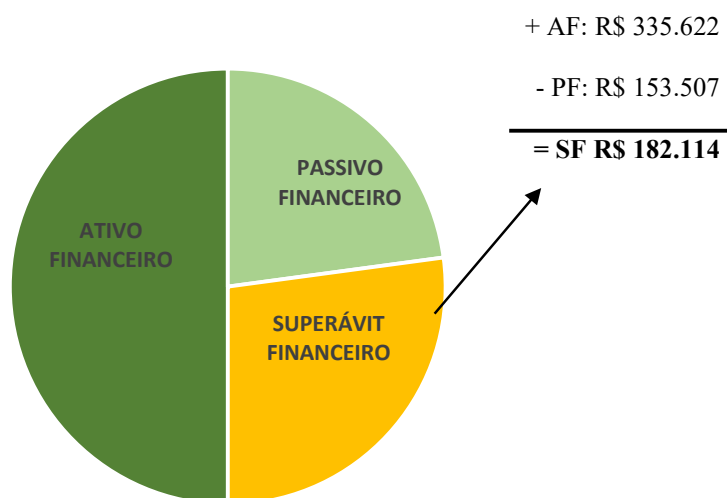
O Balanço Patrimonial demonstra a composição patrimonial da ANTT evidenciada pelas classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido), de forma qualitativa e quantitativa. Os grupos são classificados em circulantes (curto prazo) e não circulante (longo prazo) e o PL segrega os resultados do período com os resultados dos exercícios anteriores. Além da situação líquida patrimonial de R\$ 738.605, o resultado financeiro do período de 2018 foi de R\$ 182.114.

				R\$ mil					
ATIVO		NE	2018	2017	PASSIVO		NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		01	339.771	314.375	PASSIVO CIRCULANTE		08	52.897	32.757
Caixa e Equivalentes de Caixa		02	335.621	308.838	Obrig Trabalh/Previd/Assist a Pagar CP		17.806	4	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		03	2.758	4.432	Fornecedores e Contas a Pagar CP		32.014	18.487	
Estoques			1.252	1.083	Demais Obrigações a Curto Prazo		3.076	14.266	
VPDs Pagas Antecipadamente			140	22					
ATIVO NÃO CIRCULANTE		01	1.466.265	1.176.698	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		09	1.014.534	1.003.241
Ativo Realizável a Longo Prazo			912.330	626.539	Provisões a Longo Prazo		1.014.534	1.003.241	
Créditos a Longo Prazo		04	912.330	626.539					
Dívida Ativa Não Tributária			960.347	659.515	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	07	1.067.432	1.035.999	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos LP			-48.017	-32.976					
Imobilizado		05	517.148	522.942	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10	2018	2017
Bens Móveis			38.101	37.218	Resultados Acumulados		738.605	455.075	
Bens Móveis			89.002	80.289	Resultado do Exercício		290.964	-732.889	
(-) Deprec/Amort Acum. Bens Móveis			-50.901	-43.071	Resultados de Exercícios Anteriores		455.075	1.183.620	
Bens Imóveis			479.046	485.724	Ajustes de Exercícios Anteriores		-7.434	4.344	
Bens Imóveis			479.046	485.724	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		738.605	455.075	
Intangível		06	36.788	27.217					
Softwares			36.788	27.216					
Softwares			36.788	27.216					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais			0	1					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais			0	1					
TOTAL DO ATIVO			1.806.036	1.491.073	TOTAL DO PASSIVO + PL		1.806.036	1.491.073	

Situação Líquida Patrimonial



Resultado Financeiro



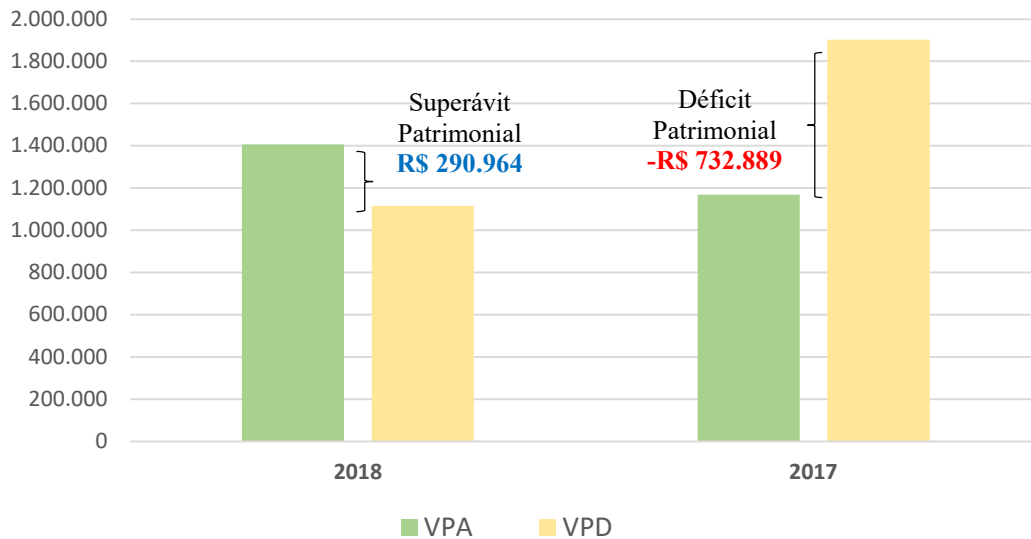
Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações apresentadas no patrimônio no período em análise, levando em consideração as variações quantitativas e qualitativas, onde se faz o confronto entre a Variação Patrimonial Aumentativa e a Diminutiva (VPA – VPD). No exercício de 2018, o resultado patrimonial apresentou um superávit de R\$ 290.964 mil.

R\$ mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14	1.405.665	1.168.106
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.915	1.228
Taxas		1.915	1.228
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		196.888	200.519
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		196.888	200.519
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		16	83
Juros e Encargos de Mora		16	83
Transferências e Delegações Recebidas		650.834	606.047
Outras Transferências e Delegações Recebidas		7.800	2.828
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		3.672	104
Ganhos com Incorporação de Ativos		3.600	41
Ganhos com Desincorporação de Passivos		72	63
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		552.340	360.126
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		552.340	358.463
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	15	1.114.701	1.900.995
Pessoal e Encargos		249.112	243.781
Remuneração a Pessoal		197.376	192.940
Encargos Patronais		40.007	39.758
Benefícios a Pessoal		9.502	9.834
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		2.227	1.250
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		17.404	13.348
Aposentadorias e Reformas		14.471	10.892
Pensões		2.870	2.425
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		63	31
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		283.100	247.095
Uso de Material de Consumo		3.003	1.538
Serviços		272.243	238.060
Depreciação, Amortização e Exaustão		7.854	7.497
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		23.870	2.193
Juros e Encargos de Mora		0	0
Descontos Financeiros Concedidos		23.869	2.193
Transferências e Delegações Concedidas		513.300	373.463
Transferências Intragovernamentais		505.488	369.977
Transferências ao Exterior		12	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		7.800	3.479
Desvaloriz/Perda Ativos e Incorp Passivos		20.462	15.766
Ajustes p/ Perdas		15.042	13.026
Perdas Involuntárias		31	293
Desincorporação de Ativos		5.389	2.447
Tributárias		6.328	3.938
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.206	647
Contribuições		4.122	3.291
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.126	1.001.411
Constituição de Provisões		148	1.000.084
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		978	1.327
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		290.964	-732.889

Resultado Patrimonial do Período



Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas evidenciadas por categoria econômica em confronto com as execuções orçamentárias, ressaltando as atualizações de previsão e dotação revistas no decorrer do exercício. A análise dos principais quocientes do BO demonstra os seguintes resultados orçamentários em 2018:

Realização da Receita	67,62%	A realização de 67,62% da receita em relação à previsão atualizada demonstra que a arrecadação no exercício foi inferior em 32,38%.
Execução da Despesa	73,42%	A execução da despesa de 73,42% se refere ao valor total empenhado em relação à dotação atualizada.
Resultado Orçamentário	68,92%	O percentual de 68,92% da receita realizada em relação à despesa empenhada demonstra um deficit orçamentário no exercício de 31,08%, correspondendo ao total R\$ 189.293 mil.
Resultado Financeiro Real da Execução Orçamentária	88,32%	Já o resultado financeiro real de 88,32%, demonstra o quanto a receita arrecadada representa em relação à despesa efetivamente paga.

R\$ mil

RECEITAS					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	16	620.744	620.744	419.766	-200.978
Receitas Tributárias		785	785	1.339	555
Taxas		785	785	1.339	555
Receita Patrimonial		316.102	316.102	42.540	-273.562
Delegação de Serviços Públicos		316.102	316.102	42.540	-273.562
Receitas de Serviços		163.758	163.758	154.312	-9.446
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		163.758	163.758	154.312	-9.446
Outras Receitas Correntes		140.099	140.099	221.575	81.476
Multas Administrativas, Contratuais/Judiciais		140.099	140.099	221.546	81.447
Indenizações, Restituições/Ressarcimentos				29	81.447
SUBTOTAL DE RECEITAS		620.744	620.744	419.766	-200.978
DEFICIT		0	0	189.293	189.293
TOTAL		620.744	620.744	609.059	-11.684

R\$ mil

DESPESAS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	17	603.509	607.283	563.565	502.837	474.486	43.718
Pessoal e Encargos Sociais		257.220	259.014	254.633	254.350	237.189	4.381
Outras Despesas Correntes		346.289	348.269	308.932	248.487	237.297	39.337
DESPESAS DE CAPITAL	17	139.875	47.813	45.494	775	770	2.318
Investimentos		139.875	47.813	45.494	775	770	2.318
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		176.968	174.435	-	-	-	174.435
TOTAL		920.353	829.531	609.059	503.612	475.256	220.472

R\$ mil

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – RPNP

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Inscritos em Exercícios Anteriores	INSCRITOS EM 31/12/2017	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	18	12.304	56.310	37.205	37.173	19.104	12.338
Outras Despesas Correntes		12.304	56.310	37.205	37.173	19.104	12.338
DESPESAS DE CAPITAL		6.616	12.693	12.677	12.677	16	6.616
Investimentos		6.616	12.693	12.677	12.677	16	6.616
TOTAL		18.920	69.003	49.883	49.850	19.120	18.954

 Execução
56,7%

R\$ mil

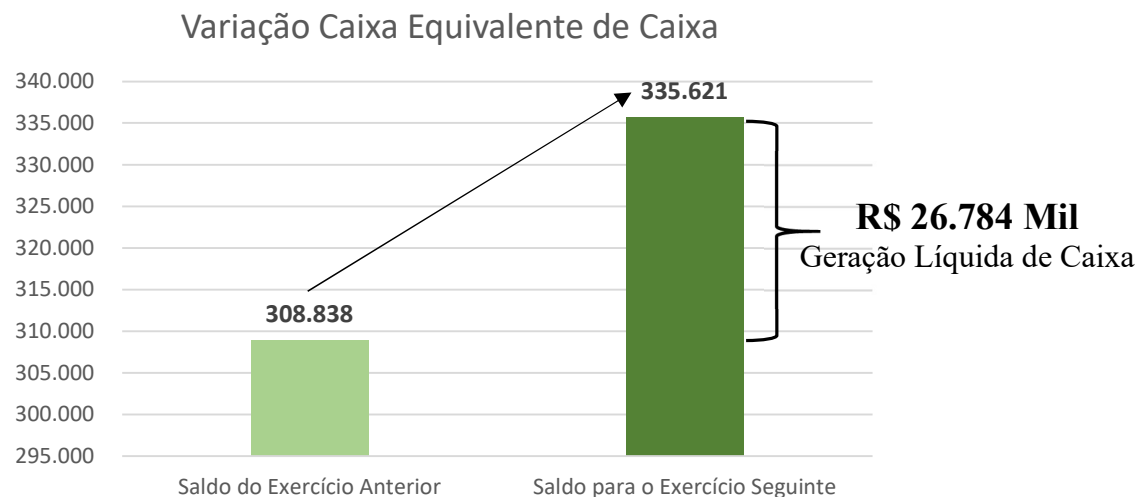
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS – RPP

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Inscritos em Exercícios Anteriores	INSCRITOS EM 31/12/2017	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	18	906	8.284	8.447	5	739
Pessoal e Encargos Sociais		-	4	-	-	4
Outras Despesas Correntes		906	8.280	8.447	5	734
DESPESAS DE CAPITAL		4	12	12	4	-
Investimentos		4	12	12	4	-
TOTAL		909	8.296	8.458	8	739

 Execução
91,88%

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários, e os saldos de caixa inicial e final no exercício, cujo impacto do resultado financeiro sobre o saldo foi de 8,67% correspondendo a um aumento de R\$ 26.784 mil no caixa da ANTT.



BALANÇO FINANCEIRO					
INGRESSOS		2018	2017	DISPÊNDIOS	
Receitas Orçamentárias		419.766	324.489	Despesas Orçamentárias	
Ordinárias		-	522	Ordinárias	
Vinculadas		444.105	329.902	Vinculadas	
Outros Recursos Vinc. a Órgãos/Programas		444.105	329.902	Seguridade Social (Exceto RGPS)	303
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-24.339	-5.935	Outros Recursos Vinc a Órgãos e Programas	339.707
Transferências Financeiras Recebidas		643.034	603.218	Transferências Financeiras Concedidas	495.562
Resultantes da Execução Orçamentária		410.435	376.711	Resultantes da Execução Orçamentária	36.548
Repasso Recebido		390.150	356.298	Repasso Concedido	14.292
Sub-repasso Recebido		20.285	20.400	Sub-repasso Concedido	20.285
Sub-repasso Devolvido			12	Repasso Devolvido	1.971
Sub-repasso Devolvido				Sub-repasso Devolvido	12
Independentes da Execução Orçamentária		232.600	226.507	Independentes da Execução Orçamentária	459.014
Transferências Recebidas p/ Pagamento RP		18.575	46.343	Transferências Concedidas p/ Pagamento RP	2.284
Demais Transferências Recebidas		248	125	Movimento de Saldos Patrimoniais	456.730
Movimentação de Saldos Patrimoniais		213.777	180.039		336.382
Recebimentos Extraorçamentários		138.399	77.475	Despesas Extraorçamentárias	69.794
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		28.356	7.732	Pagamento Restos a Pagar Processados	8.458
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		105.447	69.003	Pagamento Restos a Pagar Não Processados	49.850
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.571	198	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.571
Outros Recebimentos Extraorçamentários		3.025	541	Outros Pagamentos Extraorçamentários	9.915
Saldo do Exercício Anterior		308.838	266.748	Saldo para o Exercício Seguinte	335.621
Caixa e Equivalentes de Caixa		308.838	266.748	Caixa e Equivalentes de Caixa	335.621
TOTAL		1.510.037	1.271.929	TOTAL	1.510.037
					1.271.929

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações ocorridas no caixa e equivalentes destacando o fluxo de ingresso/desembolso das atividades operacionais e das atividades de investimento. A geração líquida de caixa no período de 26.784 corrobora com o resultado apresentado no BF.

R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - DFC			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	NE	2018	2017
		40.243	57.712
INGRESSOS	19	1.067.396	928.445
Receitas Derivadas e Originárias		419.766	324.489
Receita Tributária		1.339	1.228
Receita Patrimonial		42.540	47.599
Receita de Serviços		154.312	152.919
Outras Receitas Derivadas e Originárias		221.575	122.742
Outros Ingressos das Operações		647.630	603.957
Ingressos Extraorçamentários		1.571	198
Transferências Financeiras Recebidas		643.034	603.218
Arrecadação de Outra Unidade		3.024	541
DESEMBOLSOS	19	-1.027.153	-870.734
Pessoal e Demais Despesas		-479.632	-459.908
Previdência Social		-14.458	-13.746
Educação		-	-4
Transporte		-465.174	-446.156
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - CPGF		0	-1
Transferências Concedidas		-40.473	-40.652
Intergovernamentais		-	-91
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-91
Intragovernamentais		-40.461	-40.561
Outras Transferências Concedidas		-12	-
Outros Desembolsos das Operações		-507.048	-370.174
Dispêndios Extraorçamentários		-1.571	-198
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-1	-
Transferências Financeiras Concedidas		-495.562	-369.976
Valores Compensados		-1	-
Demais Pagamentos		-9.914	-0
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	19	-13.459	-15.622
DESEMBOLSOS		-13.459	-15.622
Aquisição de Ativo Não Circulante		-8.727	-5.822
Outros Desembolsos de Investimentos		-4.732	-9.800
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		26.784	42.089
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		308.838	266.748
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		335.621	308.838

CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entidade da Administração Indireta vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA, foi criada pela Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, na qual lhe foi conferida o regime autárquico especial caracterizado pela independência administrativa, autonomia financeira e funcional e mandato fixo de seus dirigentes.

Sua estrutura organizacional compreende a Sede em Brasília/DF domiciliada no SCES Lote 10, Trecho 3, Projeto Orla, Polo 8, CEP 70.200-003. Além da Unidade Gestora da Sede que é a setorial orçamentária e financeira, possui outras seis unidades gestoras regionais com independência de execução orçamentária e financeira do Órgão, quais sejam: Unidades Regionais do Ceará, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e três unidades administrativas (Unidades Regionais da Bahia, de Pernambuco e de Santa Catarina).

A ANTT tem como missão "assegurar aos usuários adequada prestação de Serviços de Transportes Terrestres" e como principais competências a regulação dos serviços de transportes terrestres, atuando sobre: a concessão de ferrovias, rodovias e transporte ferroviário associado à exploração da infraestrutura; a permissão do transporte coletivo regular de passageiros pelos meios rodoviário e ferroviário não associados à exploração da infraestrutura; e a autorização do transporte de passageiros por empresa de turismo e sob regime de fretamento, transporte internacional de cargas, transporte multimodal e terminais.

Neste contexto, ressalta-se a importância de que os demonstrativos contábeis da Agência retratem a sua realidade patrimonial e espelhem as suas atividades fins, de forma a subsidiar a transparência da gestão e prestar contas à sociedade, que é a principal usuária da informação contábil.

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As considerações apontadas são realizadas a partir das informações obtidas com as áreas organizacionais da Agência e dos registros realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), no qual estão consolidadas as escriturações das Unidades Gestoras que compõem o Órgão 39250 (ANTT), a saber:

- 393001 SEDE (Setorial Financeira e Orçamentária);
- 393038 Unidade Regional do Rio de Janeiro – URRJ;
- 393047 Unidade Regional de São Paulo –URSP;
- 393048 Unidade Regional de Minas Gerais – URMG;
- 393090 Unidade Regional do Ceará – URCE;
- 393091 Unidade Regional do Maranhão – URMA;
- 393092 Unidade Regional do Rio Grande do Sul – URRS.

As demonstrações analisadas se referem ao: I. Balanço Patrimonial (BP); II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); III. Balanço Orçamentário (BO); IV. Balanço Financeiro (BF) e Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) cuja metodologia adotada baseou-se nas análises vertical e horizontal das variações ocorridas entre o período de 31/12/2017 a 30/06/2018.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados nas demonstrações são os seguintes:

- a. Moeda funcional: os saldos das demonstrações contábeis estão apresentados pela moeda funcional da União que é o "Real". Não há valores em moeda estrangeira, não havendo, portanto, necessidade de conversão de valores.
- b. Caixa e Equivalente de Caixa: são mensurados pelo valor de custo. O saldo se refere aos valores de Limite de Saque com vinculação de pagamento relativos às Programações Financeiras e aos valores diretamente arrecadados referentes à receita própria da ANTT.
- c. Demais Créditos a Curto Prazo: composto pelos adiantamentos concedidos a pessoal referentes ao 13º salário. Ressalta-se que ainda não estão contemplados os créditos a curto prazo decorrentes das multas por infração aplicadas pela ANTT, tendo em vista que ainda não foi desenvolvida uma funcionalidade no sistema que possa fornecer essas informações de créditos a receber.
- d. VPDs pagas antecipadamente: composto pelo pagamento de prestação de serviços, cujo fato gerador ainda irá ocorrer conforme as datas já inseridas no cronograma de despesas.
- e. Estoques: são compostos pelos bens de almoxarifado cujo sistema utilizado para controle é o SIADS, que adota o Custo Médio Ponderado – CMP como o método de mensuração e avaliação das saídas dos estoques.
- f. Ativo Realizável a Longo Prazo: compreende os créditos a receber a longo prazo referente à Dívida Ativa Não Tributária registrados conforme as informações mensais repassadas pela PGF-ANTT. Conforme já mencionado no item "c" desta Nota, não há informações consolidadas disponíveis em relação aos créditos decorrentes das multas a receber aplicadas pela ANTT, motivo pelo qual, também não estão evidenciados no ARLP.
- g. Ajuste para perdas da Dívida Ativa a LP: historicamente é aplicado o percentual de 5% do valor total a receber, pois, uma vez que a inadimplência do crédito alcançou a fase de cobrança judicial, entende-se que a possibilidade de recuperação deste valor tende a não se realizar totalmente. Dessa forma, na impossibilidade de ser estabelecido uma estimativa de perdas fundamentadas no histórico de recebimento, decidiu-se por manter este percentual. No entanto, o setor responsável já foi notificado de que esse critério necessita de revisão e aprimoramento de metodologia para que se retrate a real recuperabilidade desses créditos.
- h. Imobilizado: compreende (I) os bens móveis reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição sujeitos à apropriação mensal de depreciação e (II) os bens imóveis em andamento avaliados pelo custo de desembolso dos aportes para realização de obras em rodovias concedidas. Sobre os bens móveis, o controle patrimonial é realizado pelo SIADS, estes bens ainda não passaram pelo critério de reavaliação e redução ao valor recuperável, visto que esta funcionalidade ainda está em fase de implementação no SIADS.
- i. Intangível: corresponde às aquisições de softwares e licenças com vida útil indefinida e às licenças de marcas utilizadas pela ANTT e reconhecidas pelo custo de aquisição.
- j. Depreciação e Amortização: a depreciação dos bens móveis é calculada automaticamente pelo Sistema SIADS utilizando o método de quotas constantes. Para tanto, leva-se em consideração o tempo de vida útil econômica do bem, o qual é calculado em função do prazo em que é possível obter o seu retorno econômico, considerando o desgaste físico decorrente do uso e da capacidade de geração de benefícios econômicos futuros. A amortização do intangível se refere à utilização da Marca da ANTT cujo método adotado é o de quotas constantes com base no prazo de vigência de uso.
- k. Passivo Circulante: compreende as obrigações a curto prazo envolvendo os Fornecedores Nacionais e demais créditos a curto prazo, cujos registros foram reconhecidos pelo valor

apresentado em documento hábil próprio, primando pelo atendimento ao Princípio da Competência, sempre que possível.

- l. Passivo Não Circulante: composto pela Provisão de indenizações de riscos cíveis, calculada e atualizada conforme os critérios técnicos e valores informados pela respectiva área responsável.
- m. Ativos e Passivos Contingentes: embora não sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis, houve os registros em contas de controles, tendo em vista a relevância dos atos que porventura poderão impactar o patrimônio da ANTT.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

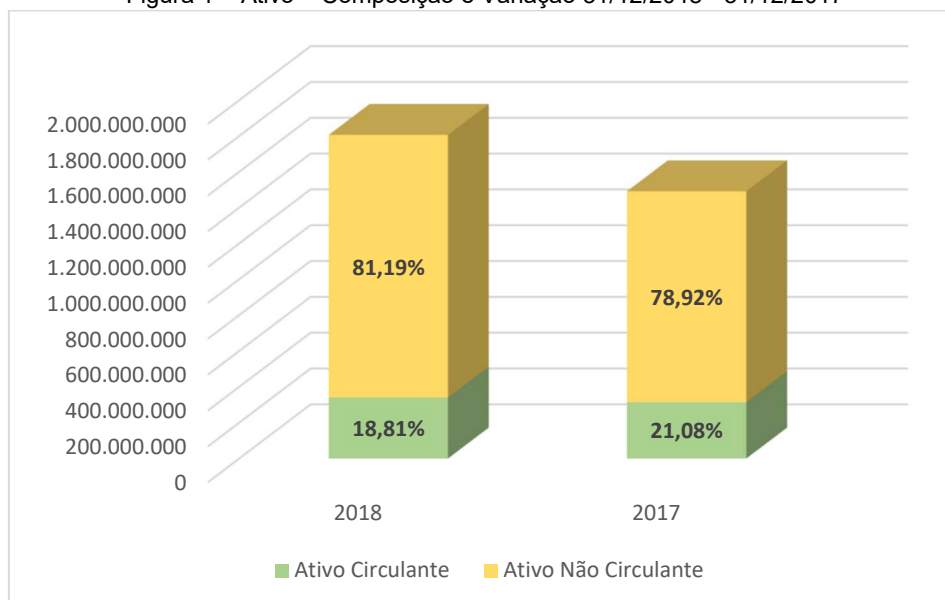
Nota 01 – Ativo Circulante e Não Circulante

A classe do Ativo compõe-se de 18,81% de Ativo Circulante e por 81,19% de Ativo Não Circulante. Verifica-se que houve um aumento de 21,12% no exercício de 2018, sendo que o grupo circulante apresentou o percentual de variação de 8,08% e o não circulante aumentou 24,61% (Tabela 1).

Tabela 1 – Ativo – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Ativo Circulante	339.771	314.375	8,08%	18,81%
Ativo Não Circulante	1.466.282	1.176.698	24,61%	81,19%
TOTAL DO ATIVO	1.806.053	1.491.073	21,12%	100,00%

Figura 1 – Ativo – Composição e Variação 31/12/2018 - 31/12/2017



Em relação ao Ativo Circulante (Tabela 02), destaca-se que a variação superior a 500% do subgrupo "VPDs Pagas Antecipadamente" ocorreu devido à contratação de serviço de seguros para os veículos da ANTT em todo o território nacional, conforme contrato nº 008/2016. Essa despesa de seguros compõe cerca de 95% do subgrupo. A variação diminutiva de 37,77% no subgrupo de Demais Créditos e Valores CP, decorreu dos ajustes de valores patrimoniais relativos ao reconhecimento do 13º salário e férias.

Tabela 2 – Ativo Circulante – Variação e Composição (R\$ mil)

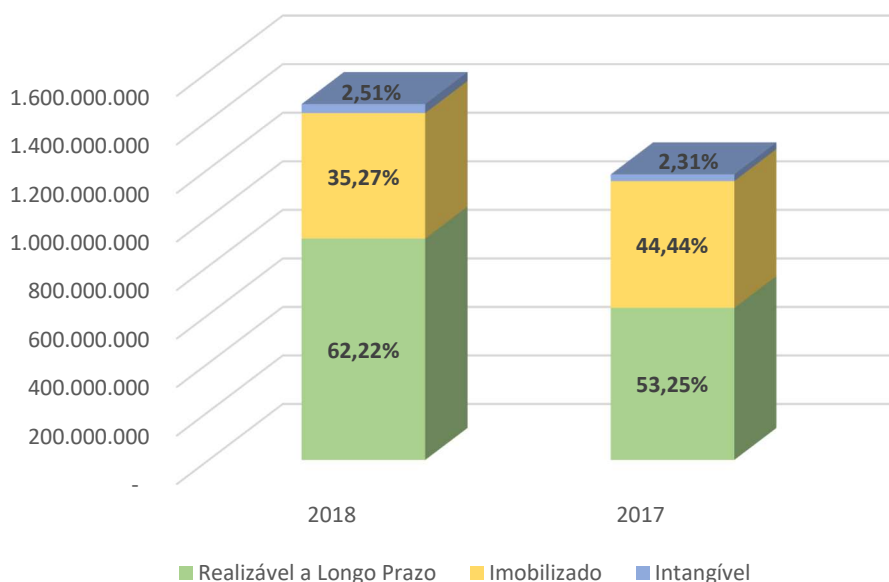
	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Caixa e Equivalentes de Caixa	335.621	308.838	8,67%	98,78%
Demais Créditos e Valores CP	2.758	4.432	-37,77%	0,81%
Estoques	1.252	1.083	15,60%	0,37%
VPDs de Serviços Pagos Antecipadamente	140	22	523,48%	0,04%
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	339.771	314.375	8,08%	100,00%

Quanto ao Ativo Não Circulante (Tabela 3), a maior composição deste grupo corresponde ao subgrupo Realizável a Longo Prazo, cuja totalidade de 62,22% é composta pela Dívida Ativa. No exercício anterior, a representatividade deste subgrupo era de 53,25% (Figura 2), o que demonstra um aumento do registro de dívida ativa no exercício de 2018. Por consequência, a representatividade do Imobilizado reduziu de 44,44% para 35,27% (Figura 2). Já a variação de 35,17% do Intangível se deve essencialmente às aquisições de "softwares com vida útil ilimitada".

Tabela 3 – Ativo Não Circulante – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Realizável a Longo Prazo	912.330	626.539	45,61%	62,22%
Imobilizado	517.148	522.942	-1,11%	35,27%
Intangível	36.788	27.217	35,17%	2,51%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.466.265	1.176.698	24,61%	100,00%

Figura 2 – Ativo Não Circulante – Composição e Variação 31/12/2018 – 31/12/2017



Nota 02 – Caixa e Equivalente de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalente de Caixa é composto pela disponibilidade na conta "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento", cujo valor total de **R\$ 317.763.295** está distribuído entre as Unidades Gestoras e as respectivas Fontes de Recursos (Tabela 4). Ressalta-se que os valores disponíveis, em sua quase totalidade, estão concentrados na UG 393001 correspondendo a 99,75%

pois se trata da Setorial Financeira do Órgão. Além disso, dos valores totais, o percentual de 92,58% se refere aos valores diretamente arrecadados da fonte própria 0250.

Tabela 4 – Ativo Não Circulante – Variação e Composição (R\$ mil)

FONTE	393001	393038	393047	393048	393090	393091	393092	Total	%
0100	5.395	-	-	-	-	-	-	5.395	1,70%
0129	6.905	-	-	82	-	-	-	6.986	2,20%
0174	10.882	4	4	0	7	54	0	10.951	3,45%
0250	293.592	16	189	26	13	45	306	294.188	92,58%
0650	242	-	-	-	-	-	-	242	0,08%
Total	317.016	20	193	108	20	99	306	317.763	
% UG	99,76%	0,01%	0,06%	0,03%	0,01%	0,03%	0,10%	100,00%	

Nota 03 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Em relação aos créditos a receber, ainda não há informações sistematizadas para efetuar os registros decorrentes das multas aplicadas por parte da ANTT, tanto no curto, quanto no longo prazo. Portanto, os valores que compõem este subgrupo se referem essencialmente aos adiantamentos realizados a servidores. As variações observadas nos Adiantamentos referentes ao 13º salário e ao 1/3 de férias se devem ao aprimoramento dos procedimentos de registros destes valores em observância aos princípios contábeis e normativos vigentes. Os saldos apresentados em Salários e Ordenados e Tributos a Recuperar são decorrentes da mudança de rotina de liberação de ordem de pagamento, cuja baixa do registro ocorreu em janeiro/2019. (Tabela 05).

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
13º Adiantamento	2.584	2.423	6,62%	93,68%
Adiantamento 1/3 férias	-	2.008	-100,00%	0,00%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	174	-		6,30%
Tributos a Recuperar/Compensar	1	-		0,02%
TOTAL DEMAIS CRÉDITOS E VALORES CP	2.758	4.432	-37,77%	100,00%

Nota 04 - Créditos a Longo Prazo

Os valores referentes à Dívida Ativa são registrados com base nas informações repassadas mensalmente pela Procuradoria Geral – PGF/ANTT, não sendo ainda possível fazer as distinções de longo e curto prazo, por limitações dos sistemas atualmente utilizados. Verifica-se que houve um aumento de 45,61% nos valores de processos de cobrança judicial (Tabela 6).

Quanto ao “Ajuste para Perdas da Dívida Ativa”, manteve-se a utilização do percentual de 5%, pois, ainda que não haja critérios mais sofisticados para o ajuste de perdas, e até que se obtenha, optou-se por manter a redução de 5% dos valores inscritos, tendo em vista que, o fato de a cobrança chegar à instância judicial já demonstra indício de que não seja provável o recebimento integral desses valores.

Tabela 6 – Créditos a Longo Prazo – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Dívida Ativa Não Tributária	960.347	659.515	45,61%	105%
(-) Ajustes para Perdas de Créditos LP	-48.017	-32.976	45,61%	-5%
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	912.330	626.539	45,61%	100,00%

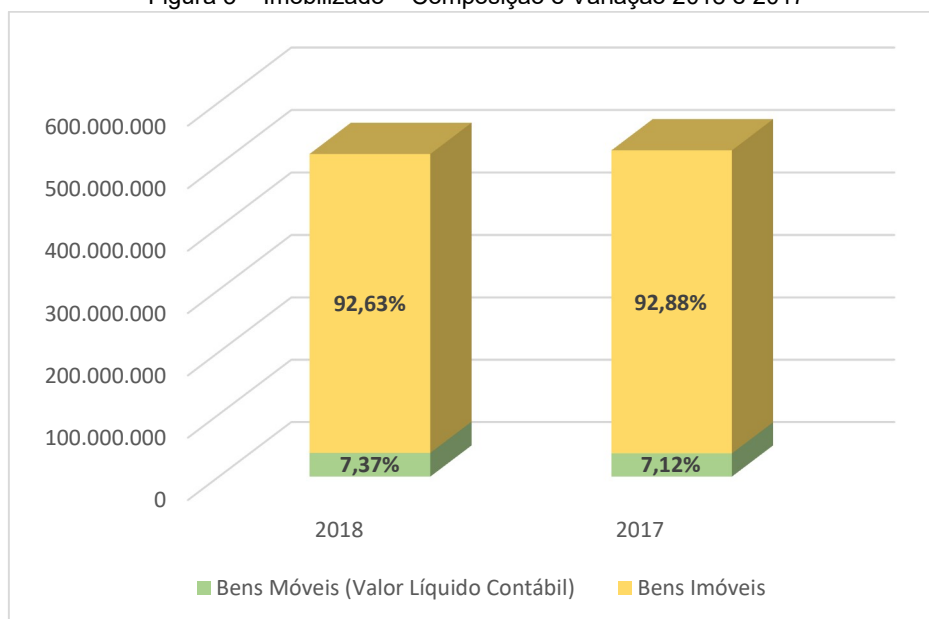
Nota 05 - Imobilizado

O Imobilizado da ANTT está composto pelos bens móveis e bens imóveis, na seguinte proporção:

Tabela 7 – Imobilizado – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Bens Móveis (Valor Líquido Contábil)	38.101	37.218	2,37%	7,37%
Bens Imóveis	479.046	485.724	-1,37%	92,63%
TOTAL DO IMOBILIZADO	517.148	522.942	-1,11%	100,00%

Figura 3 – Imobilizado – Composição e Variação 2018 e 2017



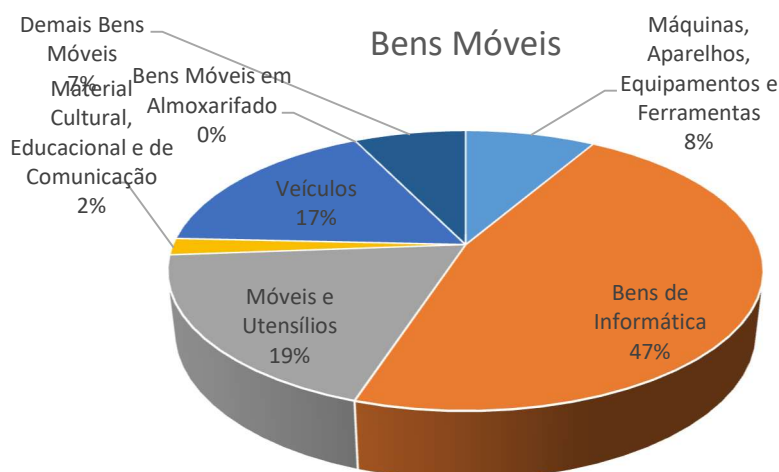
Bens Móveis

Os bens móveis que compõem o Imobilizado da ANTT estão registrados pelo critério do custo de aquisição e com a respectiva depreciação. O critério de mensuração (reavaliação ou redução ao valor recuperável) destes bens ainda não foi revisto, pois, a funcionalidade para permitir estes registros ainda está em desenvolvimento no Sistema SIADS.

Tabela 8 – Bens Móveis – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	7.499	5.994	25,11%	19,68%
Bens de Informática	41.501	37.480	10,73%	108,92%
Móveis e Utensílios	16.690	15.950	4,64%	43,80%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.711	1.693	1,08%	4,49%
Veículos	15.137	12.724	18,97%	39,73%
Bens Móveis em Almojarifado	0	2	100,00%	0,00%
Demais Bens Móveis	6.464	6.446	0,28%	16,97%
Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-50.901	-43.071	18,18%	-
TOTAL BENS MÓVEIS	38.101	37.218	2,37%	100,00%

Figura 4 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição



Bens Imóveis

Os bens imóveis que compõem o Imobilizado da ANTT se referem aos aportes desembolsados para execução de obras em andamento, assim distribuídos:

Tabela 9 – Bens Imóveis – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Obras em andamento	479.046	479.046	-	100,00%
Estudos e projetos	0	6.678	-	0,00%
TOTAL BENS IMÓVEIS	479.046	485.724	-	100,00%

Não houve alteração na composição dos bens classificados como obras em andamento, ficando, portanto, a mesma configuração já informada no exercício anterior.

Sobre os estudos e projetos do Trem de Alta Velocidade – TAV, providenciou-se a baixa do valor total de R\$ 6.678,00, com base nas informações da Superintendência Executiva – SUEXE/ANTT, quanto à

transferência do projeto TAV para a Empresa de Planejamento e Logística – EPL, do qual a ANTT deixou de ser a empreendedora, motivo pelo qual, não faz mais parte do patrimônio da Agência. Assim, foi encaminhado e-mail na mesma data à Coordenação de Contabilidade da EPL para conhecimento e providências de registro contábil, conforme entendimento daquela empresa.

Nota 06 - Intangível

O subgrupo de intangíveis necessita de aprimoramento de informações para que se garanta a fidedignidade na evidenciação deste patrimônio. Os softwares desenvolvidos internamente na ANTT ainda não estão reconhecidos, pois, atualmente são registradas somente as aquisições de licenças de softwares com utilização por prazo indeterminado.

Tabela 10 – Intangível – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Softwares com Vida Útil Indefinida	36.788	27.216	35,17%	100,00%
Marcas/Direitos e Patentes	0	1	-61,85%	0,00%
TOTAL BENS INTANGÍVEIS	36.788	27.217	35,17%	100,00%

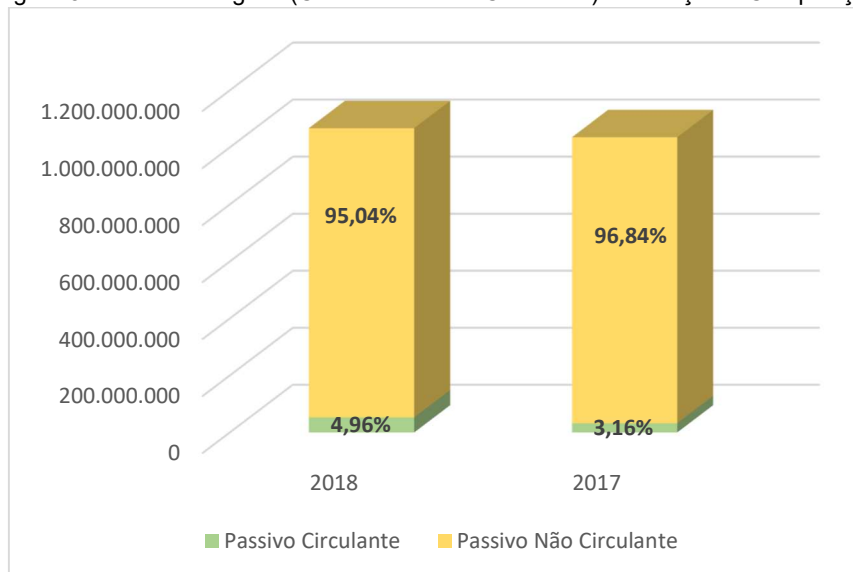
Nota 07 – Passivo Exigível

A classe Passivo compõe-se de 95,04% do Passivo Não Circulante e 4,96% de Circulante (Tabela 11).

Tabela 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Passivo Circulante	52.897	32.757	61,48%	4,96%
Passivo Não Circulante	1.014.534	1.003.241	1,13%	95,04%
TOTAL DO PASSIVO	1.067.432	1.035.999	3,03%	100,00%

Figura 5 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição



Nota 08 – Passivo Circulante

As obrigações da ANTT estão evidenciadas por valores já conhecidos e registrados com suporte em documento hábil próprio. O reconhecimento das obrigações por regime de competência tem sido um critério adotado visando a evidenciação tempestiva das informações quando de conhecimento da GEORF, de forma especial no tocante às obrigações de Fornecedores e Contas a Pagar.

Tabela 12 – Passivo Circulante – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar CP	17.806	4	399111,57%	33,66%
Fornecedores e Contas a Pagar CP	32.014	18.487	73,17%	60,52%
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	-100,00%	0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.076	14.266	-78,43%	5,82%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	52.897	32.757	61,48%	100,00%

A variação apresentada no subgrupo “Obrigações Trabalhistas” decorre da manutenção dos saldos de pessoal a pagar que compõe em torno de 90% deste subgrupo, os quais foram baixados do passivo em janeiro/2019 quando da realização da nova sistemática de liberação da ordem bancária. Além disso, houve o registro de R\$ 1.507.839 efetuado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, referente ao Precatório PRC169388-SE, Processo: 0321781-96.2018.4.05.0000, Ação Ordinária: 08004460320174058502.

Em relação ao subgrupo de Demais Obrigações a Curto Prazo, a variação negativa se deve à reclassificação do passivo decorrente dos valores pendentes de repasse ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o qual foi transferido para a conta de provisões a pagar.

Ainda sobre as obrigações de precatórios, cabe mencionar o Ofício-circular SEI nº 486/2018 MP, datado de 28/12/2018, encaminhado à ANTT em 10/01/2019 solicitando providências de reconhecimento dos valores previstos no PLOA/2019. Da relação constante no documento, além dos valores relativos aos precatórios já reconhecidos pelo TRF5 (citado acima), consta também o valor de R\$ 247.196 mil proveniente da Justiça do Trabalho, que, por não terem sido reconhecidos pelo referido Tribunal, também não foi possível fazer o registro pela ANTT devido à falta de informações que o sistema requer para tal, o que foi notificado à Setorial de Contabilidade do Ministério da Infraestrutura.

Nota 09 – Passivo Não Circulante (Provisões a Longo Prazo)

Tabela 13 – Provisões a Longo Prazo – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Provisão para indenizações cíveis	14.534	3.241	348,40%	1,43%
Provisões para perdas judiciais/administrativas	1.000.000	1.000.000	0,00%	98,57%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	1.014.534	1.003.241	1,13%	100%

As Provisões para indenizações cíveis foram reconhecidas com base nos critérios estabelecidos na NBC TSP 003, sendo que a variação de 348,40% se deveu à reclassificação dos valores de repasses pendentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF que estava classificado no subgrupo de Demais Obrigações a Curto Prazo. Compõe-se também pelo montante de indenização em favor da Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A., decorrente da revisão final do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da extinção do Contrato de Concessão DNER/PG – 154/94-00.

A provisão para perdas judiciais/administrativas se refere à ação ajuizada contra a ANTT por parte da Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo LTDA em razão de supostos prejuízos decorrentes de invalidação de ato administrativo que havia autorizado a implantar seções em linhas de transporte rodoviário interestadual de passageiros. Este registro foi realizado pela Coordenação de Contabilidade da STN, e, por se tratar de uma ação que já foi transitada em julgado e está em fase de execução, foi classificado como perda provável nos termos da Portaria Nº40/2015-AGU, motivo pelo qual foi reconhecida provisão. Considerando o período decorrido, a CCONT/ANTT solicitou informações à CCONT/STN sobre revisão do registro para atualização desta ação judicial. Em resposta, a STN encaminhou Ofício nº9/2018 da PGF informando que não houve alterações a respeito da provisão que envolve a ação da ANTT.

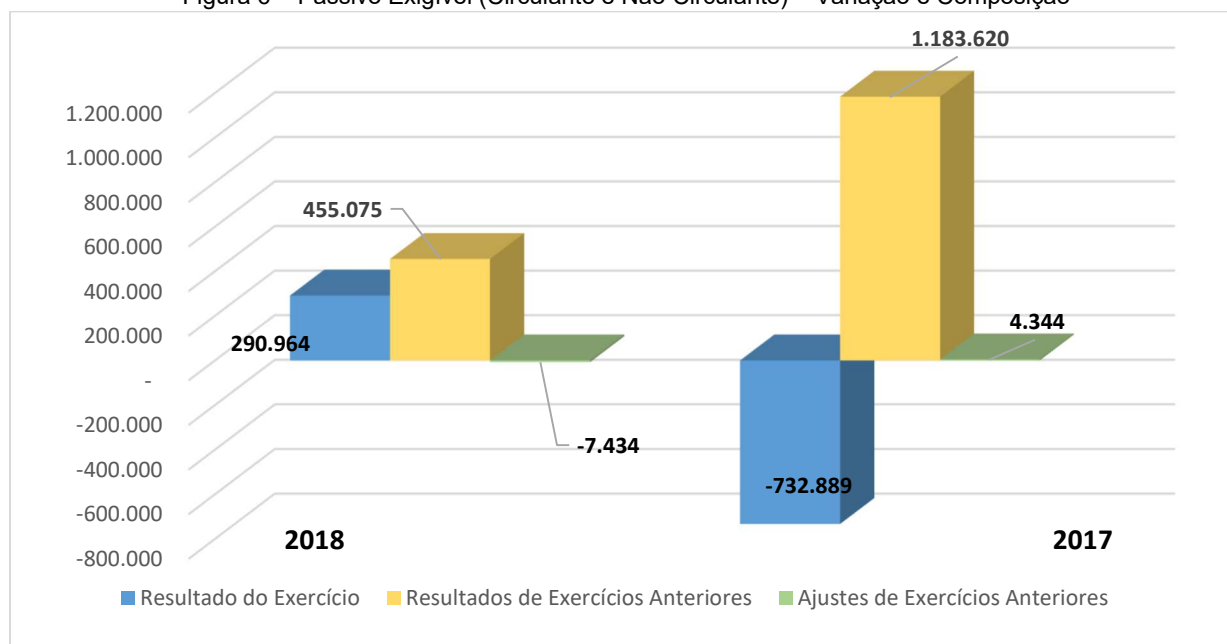
Nota 10 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido desdobra-se em resultado apurado no exercício (que são as VPAs deduzidas das VPD's), acrescentando-se o resultado apurado em exercícios anteriores, além do ajuste de exercícios anteriores, quando houver. (Tabela 14).

Tabela 14 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Resultado do Exercício	290.964 -	732.889	-139,70%	39,39%
Resultados de Exercícios Anteriores	455.075	1.183.620	-61,55%	61,61%
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 7.434	4.344	-271,15%	-1,01%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	738.605	455.075	62,30%	100%

Figura 6 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição



O item referente ao Resultado do Exercício demonstra que houve um superávit patrimonial no período, diferente do ano anterior em que houve um resultado negativo devido ao reconhecimento da provisão citada na nota anterior, o que elevou o total da VPD no exercício de 2017. (Tabela 15).

Tabela 15 – Resultado do Exercício – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH
Varição Patrimonial Aumentativa - VPA	1.405.665	1.168.106	20,34%
Varição Patrimonial Diminutiva - VPD	1.114.701	1.900.995	-41,36%
	290.964	-732.889	-139,70%

Já em relação aos ajustes relativos aos exercícios anteriores (Tabela 16), os valores se referem à adequação dos itens do ativo intangível em que se fez necessário a baixa de valores relativos a logomarcas do projeto de gestão estratégica a qual não foi utilizada, além das baixas relativas ao Projeto do Trem de Alta Velocidade – TAV. Houve também os ajustes nas contas patrimoniais de férias, cujos valores apurados no relatório SIAPE apresentaram saldos de passivos relativos a 2017.

Tabela 16 – Ajuste de Exercícios Anteriores – Composição (R\$ mil)

Ajuste de Exercícios Anteriores	SALDO
Baixa de Ativo Intangível (marcas TAV e gestão estratégica da ANTT)	0,85
Baixa de Ativo Imobilizado (estudos e projetos em elaboração - TAV)	6.678
Reconhecimento de passivo de férias 2017	755
	7.434

Nota 11 – Passivos Contingentes

Tabela 17 – Passivos Contingentes – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Passivos Contingentes Previstos	997.465.653	943.600.946	5,71%	89,19%
Passivos Contingentes Não confirmados	120.924.597	2.153.488	5515,29%	10,81%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	1.118.390.251	945.754.434	18,25%	100,00%

Os registros de Passivos Contingentes são decorrentes da recomposição do reequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Concessões da Companhia de Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. – CON CER (Contrato Nº PG/138/95-00 – Termo Aditivo Nº 12/2014) e Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. – CONCEPA (Contrato Nº PG/016/97-00 – Termo Aditivo Nº 13/2014), nos quais há previsão de desembolso de aportes por parte da ANTT, conforme informações repassadas pela Gerência de Regulação e Outorga de Exploração de Rodovias – GEROR (Memo 116/2016/GEROR/SUINF/ANTT). A variação apresentada em “Passivos Contingentes Não Confirmados” se deve à atualização dos dados encaminhados pela área, que em FEV/2018.

Nota 12 – Ativos Contingentes

Tabela 18 – Ativos Contingentes – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Ativos Contingentes Previstos	122.109.123	-		89,19%
TOTAL DE ATIVOS CONTINGENTES	122.109.123	-		100,00%

Os registros de Ativos Contingentes são decorrentes da proposta de ajuste final do Contrato de Concessão da CONCEPA, conforme o Memorando Nº 002/2019/GEREF/SUINF em resposta à solicitação da GEORF/SUDEG objetivando o registro dos valores brutos, visto que a compensação decorrente do ajuste de contas apresenta um saldo de R\$ 88.792.480 (Tabela 19).

Tabela 19 – Ajuste de Final de Contrato de Concessão – Composição (valores atualizados a preços de DEZ/2018) (R\$ mil)

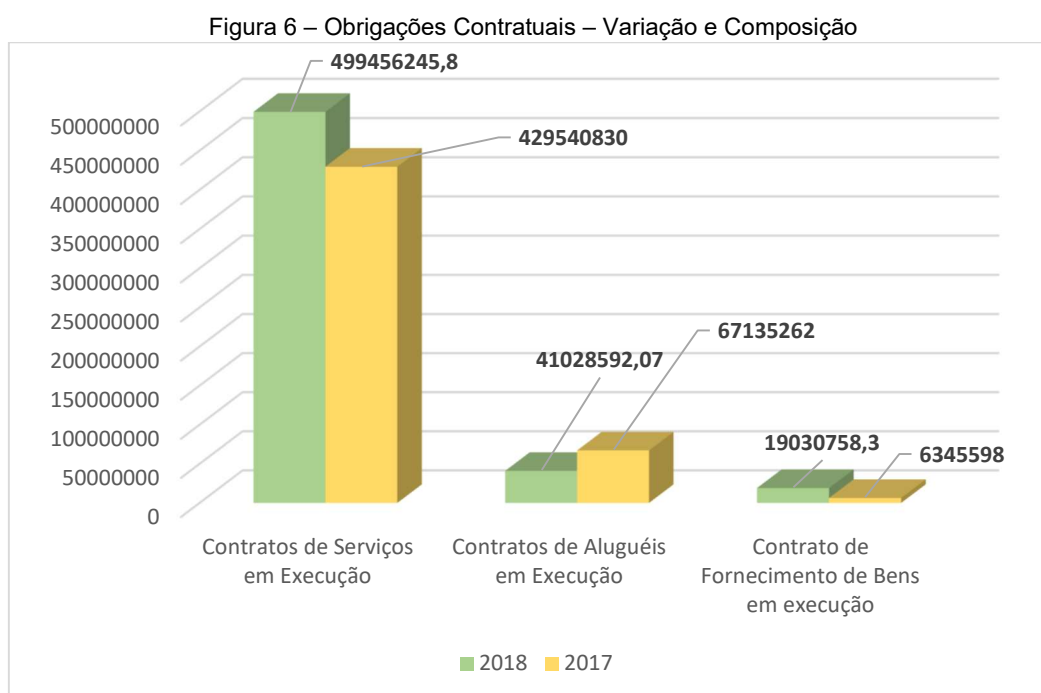
	Devedor (Ativo Contingente)	Credor (Passivo Contingente)	Saldo
CONCEPA	- 122.109,123	33.316,643	- 88.792,480

Nota 13 – Obrigações Contratuais

Os saldos das obrigações contratuais vigentes da ANTT estão evidenciados na conta de atos potenciais, especificamente referentes a: Contratos de serviços, aluguéis e de fornecimento de bens.

Tabela 20 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Contratos de Serviços em Execução	499.456.246	429.540.830	16,28%	89,27%
Contratos de Aluguéis em Execução	41.028.592	67.135.262	-38,89%	7,33%
Contrato de Fornecimento de Bens em execução	19.030.758	6.345.598	199,90%	3,40%
TOTAL DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	559.515.596	503.021.690	23,00%	100,00%



Diante das informações apresentadas, é plausível que a maior proporcionalidade de contratação se refira à prestação de serviços (Figura 5). Considerando que as informações atuais destas contas possuem valores residuais acumulados de saldos não utilizados de aditivos de anos anteriores, a Coordenação de Contabilidade iniciou os trabalhos de ajuste contábil, cujos contratos da Sede

firmados a partir de 2018, passarão a ser registrados nas contas de controle por número de contrato. As unidades regionais passarão a utilizar estas contas a partir de 2019. Os saldos remanescentes das contas antigas permanecerão registrados para posterior conciliação e ajuste.

Nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

Tabela 21 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.915	1.228	55,97%	0,14%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	196.888	200.519	-1,81%	14,01%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	16	83	-80,41%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	650.834	606.047	7,39%	46,30%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	3.672	104	3426,77%	0,26%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	552.340	360.126	53,37%	39,29%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.405.665	1.168.106	20,34%	100%

A VPA de R\$ 1.915.312 se refere à arrecadação tributária de taxa de fiscalização do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros (Fonte 174), prevista na Lei nº 12.996/2014, cujos procedimentos de pagamento foram regulamentados por meio da Resolução ANTT nº 4.936/2015. Ressalta-se que esta VPA apresenta o valor bruto arrecadado, já o Balanço Orçamentário apresenta esta mesma receita tributária considerando apenas o valor líquido em favor da ANTT, onde são descontados os 30% da DRU (Desvinculação de Receita da União) e outras deduções da receita que porventura houver.

A VPA classificada como Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos se refere às receitas de concessões e outorgas ferroviárias e rodoviárias, classificadas nas fontes abaixo. Destaca-se que houve no período a variação percentual negativa de 1,81%, devido ao término do contrato de concessão da CONCEPA e da redução da receita de outorgas rodoviárias em relação ao exercício anterior.

- Fonte 129 são receitas patrimoniais relativas a arrecadações de outorgas/concessões de ferrovias e outorgas de serviços de transportes de passageiros. A maior receita desta fonte se deve às parcelas trimestrais de concessões das malhas ferroviárias.
- Fonte 250 composta em sua quase totalidade pela verba anual das concessionárias destinada a cobrir as despesas com fiscalização das concessões rodoviárias. Contém também a arrecadação de emolumentos de cargas/passageiros e a receita de multas decorrentes do descumprimento contratual/regulatório. Essa fonte se refere a recursos diretamente arrecadados.

As Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras se referem aos juros e encargos de mora das multas contratuais aplicadas às concessionárias (código de recolhimento 29114). Apesar do acréscimo na arrecadação destas multas no exercício em análise, verificou-se que a variação negativa nesta VPA não refletiu os fatos corretamente, visto que as guias de recolhimento da União – GRU estavam sendo preenchidas sem o devido detalhamento nos campos. Para tanto, a Coordenação de Arrecadação já foi orientada para a geração correta das GRU's de forma a garantir que os recolhimentos impactem corretamente a classificação das contas de VPA.

As Transferências e Delegações Recebidas: são os valores recebidos decorrentes das programações financeiras para pagamento das despesas de pessoal e custeio referente às Fontes 100, 129 e 174.

A Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos ocorreu em função dos valores registrados no SIADS por meio de Nota de Lançamento referente a incorporação de material gráfico, cuja aquisição orçamentária é registrada como serviço, porém, a sua essência se refere a um bem patrimonial em estoque. No entanto, cerca de 94% destes ganhos se refere à incorporação de ativo intangível de aquisição de software decorrente do contrato 039/2017, cuja natureza de despesa utilizada foi de despesas correntes, pois o sistema não permitiu a emissão da nota de empenho na natureza de despesa de investimento, devido ao contrato ser oriundo da adesão a Ata de Registro de Preços Nº 04/2017 – SAMF/MG. Esta incorporação foi o motivo que ocasionou a variação superior a três mil por cento. Houve também, ganhos com desincorporação de passivos devido ao cancelamento de restos a pagar em liquidação do exercício de 2016.

O item Outras Variações Patrimoniais Aumentativas se refere a arrecadações de multas de poder de polícia decorrentes das infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros/cargas (Fonte 174), cujos valores aumentaram em 97,08% em relação ao exercício de 2017. Ressalta-se que 54,47% desta VPA decorre do registro patrimonial de inscrição de valores da dívida ativa, cujos dados são repassados mensalmente pela Procuradoria Federal-ANTT. Os registros com inscrição da dívida ativa aumentaram em 30,44% em relação ao período anterior.

Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

Tabela 22 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH	AV
Pessoal e Encargos	249.112	243.781	2,19%	22,35%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17.404	13.348	30,39%	1,56%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	283.100	247.095	14,57%	25,40%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	23.870	2.193	988,56%	2,14%
Transferências e Delegações Concedidas	513.300	373.463	37,44%	46,05%
Desvaloriz./Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	20.462	15.766	29,78%	1,84%
Tributárias	6.328	3.938	60,68%	0,57%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.126	1.001.411	-99,89%	0,10%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.114.701	1.900.995	-41,36%	100%

Pessoal e Encargos: VPDs que se referem aos gastos com remuneração a pessoal ativo civil relativos aos vencimentos, abonos, adicionais, gratificações, férias, 13º salário, indenizações e sentenças judiciais, os respectivos encargos e benefícios relativos a auxílios transporte, alimentação e moradia; assistência à saúde, dentre outros.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais: são VPDs decorrentes das aposentadorias, pensões, gratificações, auxílio natalidade, dentre outros.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: VPDs referentes a despesas administrativas de manutenção do órgão e os serviços de natureza continuada, além das variações decorrentes das depreciações de bens móveis.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: referem-se aos descontos financeiros concedidos nos pagamentos de multas aplicadas pela ANTT, destacando-se duas situações específicas que impactam neste tipo de despesa. A primeira é o desconto de 20% quando o pagamento for realizado até a data do vencimento para as multas de excesso de peso, conforme prevê o Código de Trânsito Brasileiro – CTB. A outra é decorrente da previsão da Resolução da ANTT nº 5.083 de 27 de abril de 2016, cujo art. 86 dispõe sobre a concessão de desconto de 30% ao valor da multa na hipótese de o infrator renunciar expressamente o direito de interpor recurso administrativo. Assim, à

medida em que os pagamentos das multas forem realizados neste tipo de condição, haverá o aumento desta VPD. Tal situação pode ser observada no exercício de 2018, cujos descontos se referem tanto às multas de poder de polícia da fonte 174, quanto às multas contratuais por parte das Concessionárias, as quais possuem impacto é proporcionalmente maior do que os demais devido ao valor maior das multas aplicadas.

Transferências e Delegações Concedidas: referem-se aos sub-repasses de valores transferidos por meio de Programação Financeira para as Unidades Regionais descentralizadas e aos repasses transferidos em função dos Termos de Execução Descentralizada – TED, tanto de recursos do exercício quanto de restos a pagar.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos: cerca de 74% desta VPD se refere aos registros patrimoniais referentes aos Ajustes para perdas em Dívida Ativa com redução de 5% sobre o valor inscrito. O restante, aproximadamente 26%, se refere aos valores de honorários advocatícios decorrentes dos códigos de recolhimento da dívida ativa da ANTT, no qual há a destinação do recurso para a AGU. Ressalta-se que este registro é realizado nesta VPD para compensar a VPA 45.122.0300 (movimentação patrimonial), visto que não se trata de receita da ANTT.

Tributárias: VPDs decorrentes de pagamento de impostos (IPTU) e contribuições sociais (PIS/PASEP cujo recolhimento é de 1% sobre a receita corrente da Agência, conforme prevê a Lei n.º 9.715/1998) e contribuições para serviço de iluminação pública cobradas sobre as faturas de energia elétrica das unidades organizacionais da ANTT. O acréscimo nesta VPD se deve à diferença de valores pagos na revisão de valores do IPTU no período de 2013 a 2017.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: esta VPD corresponde à atualização da provisão registrada em favor da Concessionária CCR PONTE referente à indenização calculada em razão de eventos de desequilíbrio devido à extinção do Contrato de Concessão N. PG-154/94-00. Corresponde também às VPDs decorrentes de indenizações e restituições concedidas pela ANTT referentes a: bolsas de estudo de idiomas a servidores; ajudas de custo; ressarcimento de despesas com passagem aérea; pagamento de per capita referente ao convênio de adesão com a GEAP. A variação relevante no período em análise se deve ao registro de provisão de R\$ 1 bilhão no exercício de 2017 efetuado pela CCONT/STN mencionado na Nota 09.

Nota 16 – Receitas Orçamentárias

Tabela 23 – Receita Orçamentária – Previsão e Realização (R\$ mil)

	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	% de Realização
Receitas Tributárias (Taxa de Fiscalização)	785	1.339	1	170,67%
Receita Patrimonial (Delegação de Serviços Públicos)	316.102	42.540	-274	13,46%
Receitas de Serviços (Serviços Adm e Com Gerais)	163.758	154.312	-9	94,23%
Outras Rec Correntes (Multas Adm./Contratuais/Judiciais, Indenizações, Restituições, Ressarcimentos)	140.099	221.575	81	158,16%
Receitas de Capital (Operações de Crédito)	-	-	-	
TOTAL	620.744	419.766	-201	67,62%

As receitas da ANTT que têm origem tributária se referem às taxas de fiscalização do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros (Fonte 174). O Balanço Orçamentário demonstra no campo “Receita Realizada” o valor líquido efetivamente arrecadado

em favor da ANTT, já deduzido da DRU e de outros abatimentos que porventura houver. Verifica-se que houve um aumento de 9,07% no exercício de 2018. (Tabela 24).

As Receitas Patrimoniais são decorrentes das arrecadações de outorgas/concessões de ferrovias e outorgas de serviços de transportes de passageiros (Fonte 129). A principal arrecadação desta receita decorre das parcelas trimestrais dos contratos de concessões das malhas ferroviárias. Cabe ressaltar que a previsão orçamentária no valor de 316 milhões se deve à perspectiva do leilão da Ferrovia Norte Sul, o qual se encontra em análise pelo TCU, por este motivo, o percentual de realização apresentou o índice de 13,46%. Em relação à realização da receita, verifica-se que houve uma redução de realização de 10% em relação ao exercício anterior, devido à queda de receita de outorgas rodoviárias (Tabela 24).

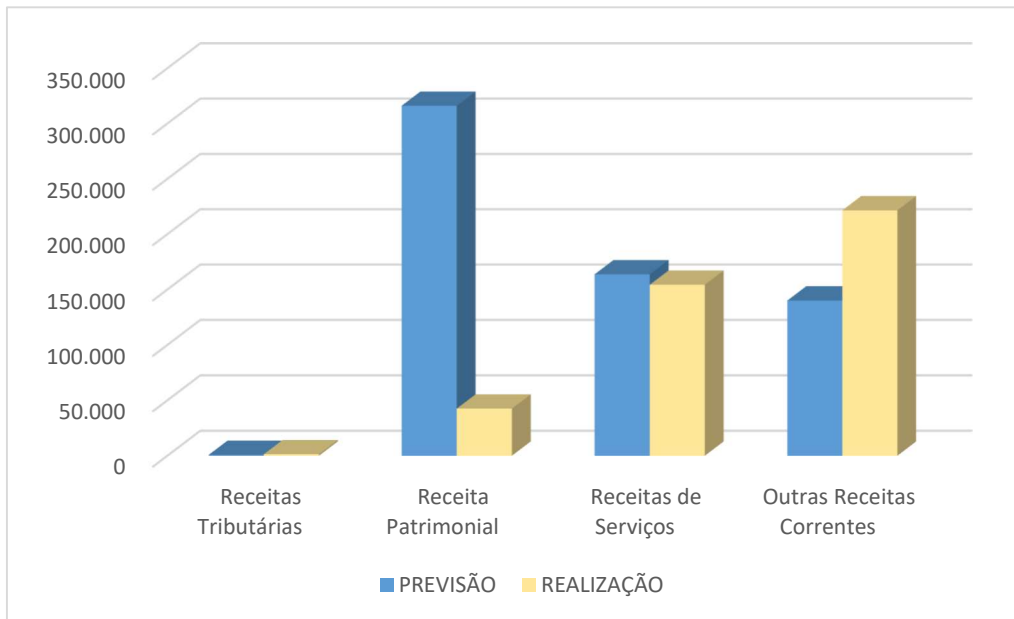
As Receitas de Serviços (Fonte 250) são decorrentes da verba anual das concessionárias de rodovias, destinadas a cobrir despesas com fiscalização das concessões, cujo comportamento se manteve linear. Em proporção menor, estas receitas se referem também da arrecadação de emolumentos de cargas/passageiros e das multas decorrentes do descumprimento contratual/regulatório. Verifica-se que o comportamento de realização se manteve linear em relação ao período anterior (Tabela 24). Porém, há que se destacar que houve uma redução em 2018 devido ao fim da vigência do contrato de concessão da CONCEPA, cuja verba de fiscalização paga até julho/2018 girava em torno de R\$ 396,8 mil.

Outras Receitas Correntes: compõe-se das multas aplicadas pelo Poder de Polícia em que são autuadas as infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros/cargas internacionais e interestaduais; e também das multas contratuais regulatórias aplicadas às concessionárias. O percentual de 80,52% (Tabela 24) se deve ao aumento tanto das multas da fonte 174 (80,29%) quanto das multas contratuais (67,63%).

Tabela 24 – Receita Orçamentária Realizada – Composição e Variação (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AV	AH
Receitas Tributárias (Taxa de Fiscalização)	1.339.400	1.228.023	9,07%	0,32%
Receita Patrimonial (Delegação de Serviços Públicos)	42.539.672	47.599.137	-10,63%	10,13%
Receitas de Serviços (Serviços Adm e Com Gerais)	154.311.882	152.919.405	0,91%	36,76%
Outras Rec Correntes (Multas Adm./Contratuais/ Judiciais, Indenizações, Restituições, Ressarcimentos)	221.574.963	122.742.227	80,52%	52,79%
TOTAL	419.765.918	324.488.792	29,36%	100,00%

Figura 7 – Realização da Receita – Previsto X Realizado



Sobre a análise do Balanço Orçamentário no que diz respeito à Receita Realizada em relação à Receita Prevista, o desempenho de arrecadação no exercício de 2018 foi de 67,62%. Importante destacar que este índice sofreu o impacto do aumento da previsão da receita patrimonial, a qual ainda não se realizou por se tratar do leilão da Ferrovia Norte Sul.

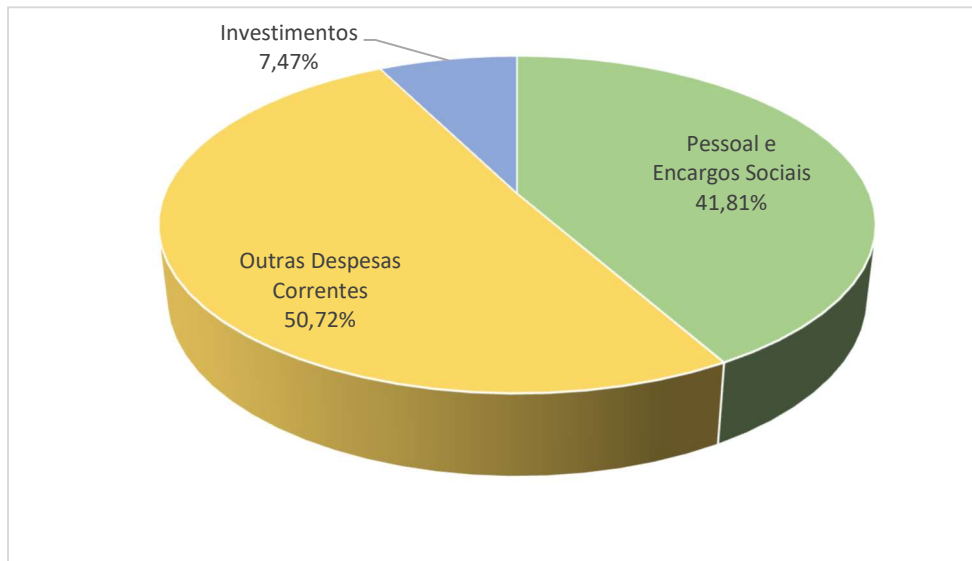
Nota 17 – Despesas Orçamentárias

As despesas empenhadas no exercício são consideradas como executadas no âmbito orçamentário. Na proporção que se pode verificar, as Outras Despesas Correntes que se referem aos serviços continuados, de apoio de manutenção do órgão correspondem a 50,72% dos gastos, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais possui uma representatividade de 41,81 e o grupo Investimento com 7,47% (Figura 7).

Tabela 20 – Despesa Orçamentária – Fixação e Execução (R\$ mil)

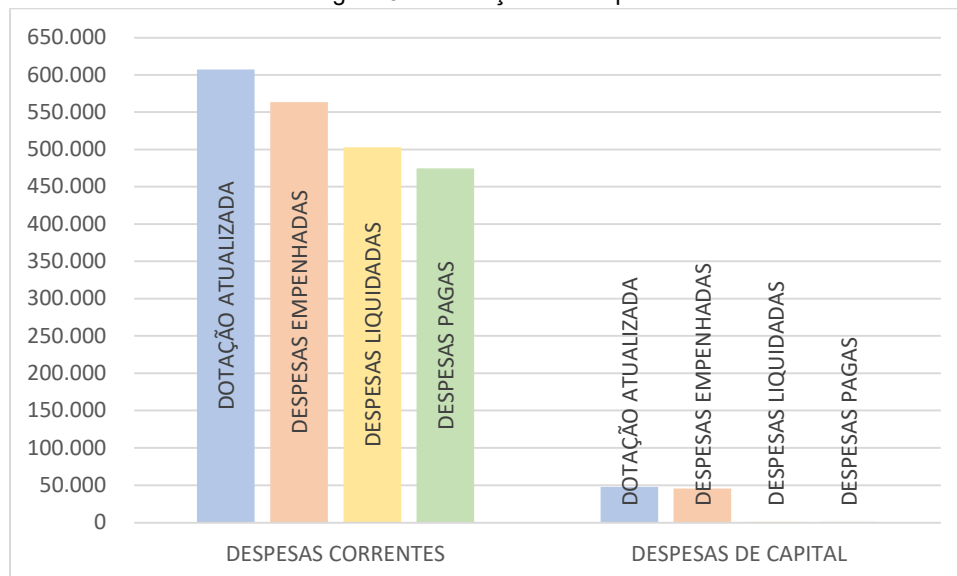
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Pessoal e Encargos Sociais	259.014	254.633	254.350	237.189	4
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	348.269	308.932	248.487	237.297	39
Investimentos	47.813	45.494	775	770	2
Reserva de Contingência	174.435	-	-	-	174
TOTAL	829.531	609.059	503.612	475.256	220

Figura 8 – Despesas Executadas – Composição



O índice de execução da despesa no exercício de 2018 foi de 73,42% levando em consideração as despesas empenhadas em relação à dotação atualizada.

Figura 9 – Execução da Despesa



Nota 18 – Restos a Pagar

O saldo de Restos a Pagar Não Processados – RPNP demonstra que estão pendentes de execução 21,56% em relação ao total inscrito, do qual se verifica a execução de 56,70% e o cancelamento de 21,75%. Já o percentual de saldo de Restos a Pagar Processados – RPP apresenta um índice pendente de 8,02%, a execução de 91,88% e o cancelamento de 0,09%. (Tabela 21).

Tabela 21 – Restos a Pagar – Execução (R\$ mil)

Inscritos	Pago	Cancelado	Saldo
-----------	------	-----------	-------

RAP Não Processados	87.924	49.850	19.120	18.954
RAP Processados	9.205	8.458	8	739

Em 30/06/2018 a STN providenciou no SIAFI o bloqueio automático dos RPNP inscritos em 2016, cujas notas de empenho não desbloqueadas foram canceladas definitivamente pelo sistema em 31/12/2019. Uma inovação importante que do Decreto Nº 9.428/2018, que alterou o Decreto 93.872/1986, é a previsão do cancelamento dos RPNP em 31/12 do ano subsequente ao seu desbloqueio, caso estes não tenham sido liquidados. Essa previsão evitará que os saldos desbloqueados se perdem por muitos exercícios financeiros.

Nota 19 – Movimentação Financeira

O resultado da movimentação de recursos no exercício de 2018 em relação ao ano anterior apresentou resultado negativo de -36,36% (Tabela 27). No entanto, houve uma variação de 8,67% de saldo financeiro, correspondendo ao aumento de R\$ 26.783.851 no Caixa da ANTT.

Em comparação ao mesmo período no exercício anterior, tanto as despesas quanto as receitas orçamentárias tiveram um aumento em 2018, sendo que as receitas aumentaram em proporção maior (29,36%) do que as despesas (11,95%). Ressalte-se que o Balanço Financeiro considera como Despesas Orçamentárias todo o valor empenhado, independente de liquidação ou pagamento. Já a Receita Orçamentária é a efetivamente arrecadada pelo seu valor líquido. O Balanço Financeiro registra como Despesas Extraorçamentárias o pagamento dos restos a pagar processados e não processados.

Tabela 27 – Balanço Financeiro – Variação e Composição (R\$ mil)

	31/12/2018	31/12/2017	AH
Receitas Orçamentárias	419.766	324.489	29,36%
Despesas Orçamentárias	609.059	544.064	11,95%
	-189.293	-219.575	-13,79%
Transferências Financeiras Recebidas	643.034	603.218	6,60%
Transferências Financeiras Concedidas	495.562	369.976	33,94%
	147.473	233.242	-36,77%
Recebimentos Extraorçamentários	138.399	77.475	78,64%
Despesas Extraorçamentárias	69.794	49.052	42,29%
	68.605	28.423	141,37%
Resultado Financeiro	26.784	42.089	-36,36%

A conciliação entre o resultado do Balanço Financeiro e do Fluxo de Caixa (Tabela 28) confirma a variação de 8,67% do “Caixa e Equivalente de Caixa” (Nota 01), sendo que o saldo em 31/12/2017 era de R\$ 308.837.566 e em 31/12/2018 passou a ser de R\$ 301.624.571, aumentando em R\$ 26.783.851 (Tabela 27).

A conciliação do Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC demonstra a mesma geração líquida de Caixa no período em análise (Tabela 28).

Tabela 28 – Fluxo de Caixa – Variação e Composição (R\$ mil)

Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	26.784	42.089	-36,36%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	308.837,57	266.748,23	15,78%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	335.621,42	308.837,57	8,67%

Nota 20 – Resultado Financeiro do Balanço Patrimonial

O superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2018 foi de R\$ 182.11590 (Tabela 29). De acordo com a Lei 4.320/1964, o superávit financeiro é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Os recursos ordinários são decorrentes dos valores disponíveis da fonte 100 e os recursos vinculados se referem às fontes 129, 174 e 250.

Tabela 29 – Superávit Financeiro 2018 (R\$ mil)

Recursos Ordinários	-9.699	D
Recursos Vinculados	191.814	C
	182.115	C

Ressalte-se que na conformidade contábil do Balanço Geral da União realizada pela CCONT/STN, não houve apontamentos de restrição para a ANTT.

Estas são as considerações para o período em análise.

Brasília, 05 de fevereiro de 2019.

Cleides Silva Campos Fontenele
Contadora Responsável
CRC DF 018229°